

RELATÓRIO
E CONTAS

LOGO[®]

2015

LOGO®



AUTO



CASA



SAÚDE

Seguros LOGO, S.A.
Rua D. Manuel II, nº 290
4001-809 Porto/Portugal
Matriculada na Conservatória de Registo Comercial do Porto - NIPC: 508 278 600
Autorização ASF nº 1175
LE: 549300NMXLPCD67G5F42
logo.pt

ÍNDICE

01	ÓRGÃOS SOCIAIS	04
02	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	06
03	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
04	DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	18
05	MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	20
06	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	22
07	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
08	DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO	58
09	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	66

01
ÓRGÃOS
SOCIAIS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

LOGO®

01 ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães (Presidente)
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

Vogais

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Jan Adriaan de Pooter

João Carlos Dorés Candeias Barata

José Pedro de Barros Inácio

Pedro Luís Francisco de Carvalho

CONSELHO FISCAL

Presidente

Luís Maria Viana Palha da Silva

Vogais Efetivos

Manuel Maria de Paula Reis Boto

Pedro Manuel Aleixo Dias

Vogal Suplente

Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Maria Augusta Cardador Francisco em representação de Deloitte & Associados, SROC S.A.

Suplente

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

02
RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

LOGO®

02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as respetivas Contas da Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) respeitantes ao exercício de 2015.

2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2015 a atividade económica global voltou a estar marcada por alguma incerteza interrompendo a tendência de gradual crescimento que se observava em 2014.

Nas economias mais desenvolvidas, o crescimento económico manteve-se fraco embora com tendência positiva, a inflação continuou em níveis próximos de zero, e os bancos centrais mantiveram políticas orçamentais favoráveis ao crescimento. As economias emergentes continuaram a influenciar desfavoravelmente a atividade económica global, tendo sido a desaceleração da China o fator de maior influência.

2.1.1 Situação Económica Internacional

Nos EUA, a informação económica mais recente aponta para uma evolução favorável do mercado de trabalho e do mercado imobiliário. O setor industrial apresenta ainda sinais de enfraquecimento.

Estima-se que o crescimento económico se tenha situado em torno de 2,5%, ligeiramente acima do valor do ano anterior (2,4%). A economia esteve mais robusta que no passado recente, facto que foi confirmado pela decisão da Reserva Federal (*Fed*) em finais de 2015 de alterar o rumo da sua política monetária e subir a taxa diretora pela primeira vez em cerca de uma década, para 0,50%.

O crescimento do consumo das famílias deverá ter superado os 3,0% pela primeira vez desde 2006, reflexo da melhoria no mercado de trabalho com uma taxa de desemprego a rondar 5,3%. Em contrapartida, a queda dos preços do petróleo refletiu-se negativamente no investimento, enquanto as exportações abrandaram significativamente fruto da valorização do dólar.

A atividade económica na Zona Euro manteve o processo de recuperação em 2015, embora a um ritmo mais lento do que o previsto. Os baixos preços do petróleo, a desvalorização do euro e os estímulos monetários do BCE impulsionaram o consumo privado e as exportações. No entanto, o crescimento económico da Zona Euro não ultrapassou 1,5%.

O elevado nível de endividamento do setor privado, o fraco investimento e a desaceleração económica dos países emergentes, foram os principais fatores que impediram um crescimento mais robusto na Zona Euro.

A taxa de inflação manteve-se em níveis muito baixos (0,1%) e o mercado de trabalho apresentou melhorias modestas em linha com um crescimento económico que não foi suficiente para fomentar a criação de mais empregos. Assim, a taxa de desemprego manteve-se elevada, em 11,0%, e continuou a revelar elevadas disparidades entre os países membros da Zona Euro.

Em 2015, as taxas Euribor desceram em todos os prazos, situando-se a Euribor a 3 meses em -0,13% (2014: 0,08%) e a Euribor a 12 meses em 0,06% (2014: 0,33%).

O ano de 2015 foi marcado também pela acentuada apreciação do dólar face à generalidade das divisas, tendo tocado o mínimo de 1,5 face ao euro. No final do ano, a taxa de câmbio situava-se em 1,09 USD por EUR (1,21 em dezembro de 2014).

Os mercados acionistas europeus registaram uma performance superior à dos mercados americanos que, com exceção do *Nasdaq* (+5,9%), terminaram o ano com perdas contidas enquanto o *Eurostoxx 50* registou uma valorização de 3,8% em 2015. O receio do abrandamento da economia chinesa e o seu impacto na economia mundial afetaram negativamente o desempenho das bolsas mundiais, sobretudo a partir do 2º semestre de 2015, despoletando uma forte turbulência nos mercados.

2.1.2 Situação Económica Nacional

De acordo com os últimos dados divulgados, em 2015 a economia portuguesa registou um crescimento de 1,5%, mais 0,6 p.p. do que no ano anterior.

A procura interna apresentou um comportamento positivo, refletindo o crescimento do consumo privado de 2,6% (2,2% em 2014) e público de 0,8% (-0,5% em 2014). Verificou-se uma recuperação do rendimento disponível das famílias ao longo do ano e também uma queda da taxa de poupança (alcançou 4,0% no 3º trimestre de 2015, o nível mais baixo desde, pelo menos, 1995). Por outro lado, o crescimento do investimento desacelerou, passando de 5,5% em 2014 para 3,6% em 2015.

A procura externa líquida registou um comportamento mais favorável, em resultado da aceleração das exportações, que cresceram 5,1% face a 2014 (3,9% em 2014). No entanto, também as importações mantiveram um ritmo elevado de crescimento (7,3% em 2015 que compara com 7,2% em 2014).

A taxa de desemprego recuou de 13,9% para 12,4% em 2015 e a taxa de inflação regressou a valores positivos, 0,5% (2014: -0,3%). Todavia, a taxa de inflação permanece ainda em valores historicamente baixos, refletindo parcialmente a queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional.

O saldo das Administrações Públicas registou uma melhoria face ao período homólogo devido ao efeito conjugado de diminuição da despesa (nomeadamente, queda das despesas com pessoal, prestações de desemprego e juros) e aumento da receita (principalmente fiscal).

No entanto, o governo estima que o saldo orçamental de 2015 supere o nível de -4,0% do PIB, reflexo da operação de venda num contexto de resolução do BANIF decidida próximo do final do ano e cujo impacto nas contas do Estado deverá ascender a 2.255 milhões de euros (1,3% do PIB estimado em 2015), sendo cerca de 1.766 milhões de euros injetados diretamente pelo Tesouro português e 489 milhões pelo Fundo de Resolução.

2.1.3 Mercado Segurador

Em termos globais, a produção de seguro direto em 2015 registou uma diminuição de 11,4% face a 2014, situando-se em 12.662 milhões de euros (-1.627 milhões de euros). A quebra nos prémios do ramo Vida esteve na origem deste decréscimo da produção, interrompendo novamente o ciclo de expansão deste ramo que se verificava desde 2013.

O segmento Vida foi afetado por uma conjuntura que aliou a persistência das baixas taxas de juro de longo prazo, a acentuada redução da taxa de poupança dos particulares e a aproximação de um regime de solvência menos favorável aos riscos inerentes a garantias financeiras.

Os prémios do ramo Vida alcançaram 8.669 milhões de euros, -17,0% face ao ano anterior (-1.770 milhões de euros). Apenas os prémios dos seguros tradicionais cresceram relativamente a 2014 (+4,6%). Os produtos de capitalização diminuíram 17,8% (-1.258 milhões de euros) e as contribuições para PPR's que alcançaram 1.897 milhões de euros, tiveram uma quebra de 22,6% (-555 milhões de euros) face ao ano anterior.

Quanto ao segmento Não Vida, apresentou um crescimento assinalável de 3,7%, a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos. O volume de prémios Não Vida atingiu 3.993 milhões de euros (+144 milhões de euros) com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho que cresceu 7,8%, dando um novo impulso à recuperação iniciada em 2014. O aumento da massa salarial, expectável com o relançamento da atividade económica, assim como as correções tarifárias para fazer face ao desequilíbrio técnico do ramo, deverão estar na origem deste aumento do volume de prémios.

Os ramos de Acidentes Pessoais/ Pessoas Transportadas (+5,2%) e Saúde (+7,5%) que já apresentavam crescimentos positivos, progrediram em 2015 a um ritmo mais elevado do que em anos anteriores. O ramo de Incêndio e outros Danos (+2,0%), com destaque para os ramos Multirrisco (+2,1%), também apresentou taxas de crescimento positivas embora mais moderadas. O ramo Automóvel, que interrompeu o ciclo descendente dos últimos anos, registou uma subida no volume de prémios de 1,5%. Em sentido inverso, destaque para a quebra da produção nos ramos de Transportes (-5,8%).

O peso da atividade seguradora no PIB baixou de 8,3% em 2014 para 7,2% em 2015. O segmento Vida representa 4,9% do PIB e o Não Vida representa 2,3% (6,1% e 2,2% em 2014, respetivamente).

De acordo com os últimos dados divulgados pela ASF, o Resultado Líquido das empresas de seguros (sob supervisão da ASF) foi positivo em 2015, atingindo 378 milhões de euros (77 milhões de euros em 2014), contribuindo para o reforço de capitalização do setor.

A taxa de cobertura da margem de solvência (das empresas sob supervisão da ASF) situou-se, no final de 2015, em 238%, o que representa um aumento de 32 p.p. face a 2014, evidenciando a solidez do setor segurador bem como o seu nível de preparação para responder às exigências de capitais resultantes da entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016 do novo regime de solvência (Solvência II).

O segmento direto do mercado continua a ser essencialmente constituído pelo ramo Automóvel, sendo determinado pela sua evolução. O volume total de prémios de todas as seguradoras que operam neste segmento cresceu 2,6% em relação ao ano anterior, e a produção do ramo Automóvel subiu 1,9%, um desempenho ligeiramente acima do mercado segurador global.

Em 2015, a LOGO manteve o 3º lugar entre as seguradoras de canal direto, com uma quota de mercado de 19,6% (20,1% em 2014 e 20,6% em 2013).

2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2015

Em 15 de janeiro de 2015, a Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., acionista único da LOGO, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF.

Num contexto macroeconómico e, sobretudo, concorrencial que continua a ser adverso, o exercício de 2015 fica marcado pela significativa melhoria do resultado operacional.

Com efeito, a LOGO, fruto de uma estratégia clara, consistente e coerente, tem vindo a melhorar o seu desempenho a diversos níveis, e depois de em 2014 ter alcançado o *break-even*, em 2015 consolidou significativamente o seu negócio, tendo os Prémios adquiridos líquidos de resseguro crescido 29,3%.

Este desempenho está alicerçado em diferentes fatores, sendo que o primeiro dos quais é a força da marca LOGO. Em 2015, assistiu-se a uma melhoria dos diversos indicadores relacionados com a marca, tendo a LOGO reforçado o segundo lugar enquanto seguradora direta em termos de “*Top of Mind*”, “*Notoriedade Espontânea*” e “*Notoriedade Total*” (dados do BASEF de Seguros), bem como mantido a liderança enquanto marca “*Mais Inovadora*” (dados do BASEF de Seguros, no segmento seguros diretos, por ponto de quota).

Para este desempenho, contribuiu certamente a continuação da consolidação da oferta *triple-play* (seguros Auto, Casa e Saúde), na qual a LOGO é pioneira nos seguros diretos em Portugal. Esta oferta tem sido muito bem sucedida, alcançando níveis de penetração em novos de mais de 20%, o que permitiu uma penetração do Casa e Saúde na carteira superior a 10% no final do ano de 2015 e a manutenção de crescimentos de prémios superiores a 20% em ambos os produtos, alcançando no Saúde uma quota superior a 50% no mercado dos seguros diretos.

O ano de 2015 marca igualmente a consolidação da plataforma LOGO para iniciativas *co-branded e/* ou de *whitelabelling* com diversos parceiros. Destinada a marcas interessadas em acrescentar serviços e valor aos seus clientes, oferece a possibilidade única de partilhar toda a plataforma tecnológica e *know-how* da LOGO nas diversas vertentes, com um simples “*plug-&-play*”. Trata-se de uma forma de parceria totalmente inovadora no nosso mercado, ao qual aderiram, por exemplo, a Cetelem e a Via Verde.

Por outro lado, e também reforçando a diferenciação face à concorrência, foi lançada a nova área cliente no site da LOGO, totalmente *Responsive Web Design* (RWD), dando resposta à crescente procura de clientes via dispositivos móveis - *smartphones* ou *tablets* (cujo tráfego no site supera já os 15% do total de acessos). Ao mesmo tempo, a LOGO tornou-se numa das primeiras seguradoras a ter a sua faturação certificada pela Autoridade Tributária, simplificando a vida aos seus mais de 100 mil clientes.

A nível das redes sociais, a LOGO ultrapassou a barreira dos 50 mil fãs no Facebook e consolidou a sua liderança nas mesmas, desde o YouTube ao LinkedIn. Tal facto permitiu também à LOGO fazer parte de um restrito número de empresas portuguesas presentes no Facebook: apenas 10% destas estão acima deste valor de fãs, o que não deixa de ser notável para uma seguradora e atesta a força e diferenciação da marca e proposta de valor LOGO.

Paralelamente, a LOGO consolidou igualmente o esforço de otimização da operação. Assim, e depois de significativas reduções na taxa de sinistralidade obtidas nos últimos anos (variação de mais de 30 p.p. de 2010 a 2014), a LOGO estabilizou a taxa, assente na redução das frequências, mas, sobretudo, na redução dos custos médios com sinistros. Este esforço de redução tem sido conseguido maioritariamente através do uso intensivo da rede de oficinas convencionadas que, de acordo com *benchmarks* disponíveis, apresenta valores que constituem as melhores práticas no mercado nacional e mesmo internacional, ao mesmo tempo que aumentou a satisfação dos clientes pelo nível e rapidez do serviço prestado.

De qualquer forma, foi sobretudo a nível dos custos operacionais que se concentraram os esforços de otimização durante o ano de 2015, tirando partido da escala obtida e do valor da marca já alcançado. O programa de otimização lançado em 2014 permitiu uma redução adicional em 2015 dos custos operacionais, tendo sido alcançada uma variação de -4,9% (361 milhares euros, em termos proforma) – ao todo, a redução nos 2 anos foi de mais de 2 milhões de euros, quase 25% da base de custos operacionais.

Finalmente, em 2015 continuou-se a aposta na qualidade e no nível de serviço prestado, peça chave na fidelização dos clientes e na geração de novas *leads*. Entre as iniciativas chave, destaque para a medição sistemática da satisfação dos clientes que interagem telefonicamente com a Companhia e para a obtenção, já no início de 2016, da certificação pela DGERT enquanto entidade formadora – o que atesta a qualidade da formação ministrada, nomeadamente a nível dos operadores do *Call Center*.

Os resultados globais de 2015 foram contudo afetados por fatores não operacionais. Em primeiro lugar, a instabilidade nos mercados financeiros e a descida das taxas de juro, afetaram negativamente os resultados financeiros, que caíram 423 milhares de euros.

Por outro lado, houve um conjunto de custos e outros itens não recorrentes, nomeadamente relacionados com os projetos de Solvência II e *compliance*, e também amortizações extraordinárias de ativos intangíveis, que afetaram os resultados de forma direta em 189 milhares de euros, e em cerca de 95 milhares de euros, de forma indireta, no cálculo das provisões técnicas.

Integrando o Grupo Tranquilidade (é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.), a LOGO insere-se na estratégia multiespecialista e multicanal de abordagem ao mercado que o Grupo tem vindo a seguir nos últimos anos.

A LOGO terminou o ano de 2015 com o capital social de 20 milhões de euros.

2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

(milhares de euros)

Principais Variáveis	2015	2014	VAR 15/14 %
Balço			
Investimentos	12 766	13 066	-2,3
Ativo líquido	23 497	25 081	-6,3
Capital próprio	4 917	5 843	-15,8
Provisões técnicas SD	17 034	17 692	-3,7
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	19 219	19 200	0,1
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	13 904	10 755	29,3
Custos com sinistros brutos	11 192	11 944	-6,3
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	10 004	8 189	22,2
Custos operacionais	7 148	7 321	-2,4
Resultado da atividade financeira	658	1 081	-39,1
Resultado líquido	-544	32	-1 800,0
Indicadores (%)			
Taxa de sinistralidade*	59,7	62,1	-2,40 p.p.
Custos operacionais/ prémios brutos emitidos	37,2	38,1	-0,90 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	-2,8	0,2	-3,00 p.p.
Rácio combinado bruto de resseguro	96,0	95,0	1,00 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	109,6	109,2	0,40 p.p.
Rácio de solvência	107,9	131,4	-23,50 p.p.

* Taxa de sinistralidade = (custos com sinistros com custos imputados/ prémios adquiridos).

2.4 A ATIVIDADE DA LOGO EM 2015

2.4.1 Prémios de Seguro Direto

O volume de prémios de seguro direto ascendeu a 19 219 milhares de euros em 2015, o que significou um crescimento de 0,1% em relação a 2014 (+19 milhares de euros), num mercado de canal direto que cresceu 2,6% em 2015.

O volume de prémios do ramo Automóvel (com assistência) decresceu 0,8% (-147 milhares de euros) enquanto o ramo Multirrisco manteve a sua tendência de crescimento, com um aumento de 20,4% assim como o ramo Saúde que cresceu 19,6% em relação ao ano anterior.

(milhares de euros)

Prémios Brutos Emitidos	2015	2014	VAR 15/14 %
Acidentes e Doença	532	445	19,6
Saúde	532	445	19,6
Incêndio e Danos	467	388	20,4
Multirrisco	467	388	20,4
Automóvel	15 593	15 809	-1,4
Automóvel danos próprios	3 827	3 570	7,2
Automóvel RC	10 702	11 196	-4,4
Automóvel ocupantes	1 064	1 043	2,0
Diversos	2 627	2 558	2,7
Assistência em viagem auto	2 627	2 558	2,7
Total	19 219	19 200	0,1

2.4.2 Custos com Sinistros de Seguro Direto

Os custos com sinistros apresentaram uma variação homóloga de -752 milhares de euros (-6,3%), resultado das alterações na política de subscrição e ajustes na tarifa, do envelhecimento da carteira (incluindo a aplicação do princípio de não renovação por excesso de sinistralidade), da redução de custos médios e redução da frequência.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros	2015	2014	VAR 15/14 %
Acidentes e Doença	176	170	3,5
Saúde	176	170	3,5
Incêndio e Danos	251	251	0,0
Multirisco	251	251	0,0
Automóvel	10 765	11 523	-6,6
Automóvel danos próprios	2 340	2 554	-8,4
Automóvel RC	8 368	8 869	-5,6
Automóvel ocupantes	57	100	-43,0
Total	11 192	11 944	-6,3

A taxa de sinistralidade, calculada através do rácio de custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos, baixou de 62,1% em 2014 para 59,7% em 2015. A melhoria da taxa de sinistralidade foi visível em todos os ramos da Companhia.

(%)

Custos com Sinistros/ PBA	2015	2014	VAR 15/14 %
Acidentes e Doença	35,0	40,1	-5,1
Saúde	35,0	40,1	-5,1
Incêndio e Danos	58,4	70,7	-12,3
Multirisco	58,4	70,7	-12,3
Automóvel	70,5	72,5	-2,0
Automóvel danos próprios	64,5	72,2	-7,7
Automóvel RC	78,9	78,3	0,6
Automóvel ocupantes	5,5	9,7	-4,1
Total	59,7	62,1	-2,4

2.4.3 Provisões Técnicas de Seguro Direto

As provisões técnicas de seguro direto em 2015 ascenderam a 17 034 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 658 milhares de euros comparativamente ao realizado em 2014 (-3,7%). Destaque para a diminuição da provisão para sinistros no valor de 933 milhares de euros, fruto da melhoria do desempenho técnico e da redução de custos operacionais.

(milhares de euros)

Provisões Técnicas	2015	2014	VAR 15/14 %
Provisão prémios não adquiridos	5 743	5 359	7,2
Provisão para sinistros	10 391	11 324	-8,2
Provisão riscos em curso	864	988	-12,6
Provisão desvios sinistralidade	36	21	71,4
Total	17 034	17 692	-3,7

2.4.4 Resseguro Cedido

Em 2015, o saldo de resseguro cedido ascendeu a 2 551 milhares de euros, mais favorável que o do ano anterior em 179 milhares de euros, resultado fundamentalmente de um menor volume de prémios cedidos aos resseguradores embora também se registaram menores comissões e custos com sinistros a receber.

(milhares de euros)

Resseguro Cedido	2015	2014	VAR 15/14 %
Prémios	2 436	8 406	-71,0
Comissões	-1 096	-1 984	44,8
Sinistros	-1 188	-3 755	68,4
Variação das provisões técnicas	2 399	63	3 707,9
Total	2 551	2 730	-9,1

2.4.5 Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro foi positivo em 5 481 milhares de euros mas inferior em 146 milhares de euros ao verificado em 2014. Apesar da diminuição dos custos com sinistros de seguro direto e de um saldo de resseguro mais favorável, o aumento dos prémios não foi muito significativo e a variação das provisões técnicas foi menos favorável, contribuindo assim para uma diminuição do saldo técnico relativamente a 2014.

2.4.6 Custos Operacionais

O total de custos operacionais atingiu o montante de 7 148 milhares de euros, o que significa uma diminuição de 173 milhares de euros (-2,4%) em relação a 2014. Se tivermos em consideração que em 2015 existiram 189 milhares de euros de custos operacionais não recorrentes relativos fundamentalmente a custos de consultadoria com os projetos de Solvência II e *compliance*, e também amortizações extraordinárias de ativos intangíveis, a diminuição, em termos *proforma*, foi de -362 milhares de euros (-4,9%).

Os fornecimentos e serviços externos foram os principais responsáveis por esta diminuição (-233 milhares de euros), função sobretudo da redução nas rubricas de publicidade e trabalhos especializados (-273 milhares de euros).

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2015	2014	VAR 15/14 %
Custos com pessoal	762	785	-2,9
Fornecimentos e serviços externos	5 398	5 631	-4,1
Impostos e taxas	200	207	-3,4
Amortizações	782	691	13,2
Outros*	6	7	-14,3
Total	7 148	7 321	-2,4

(*) Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos.

2.4.7 Investimentos

A crise financeira global que se iniciou em 2007 obrigou desde cedo à implementação de medidas singulares para mitigar o seu efeito sistémico. Apesar das políticas adotadas, as principais economias mundiais apresentaram taxas de crescimento económico modestas, condicionadas pelos níveis elevados de endividamento e pelo abrandamento económico dos países emergentes, condicionando a evolução dos mercados financeiros.

Em 2015, os mercados financeiros foram caracterizados pela elevada volatilidade que apresentaram. É possível segmentar o ano de 2015 em três períodos distintos: um primeiro período de crescimento até abril/maio fruto da política expansionista dos principais bancos centrais; um segundo período marcado por um decréscimo até setembro, altura em que os mercados financeiros atingem o ponto de inflexão, retomando um ciclo crescimento até ao final do ano.

Neste ambiente, a estratégia de investimentos da empresa foi caracterizada no 1º quadrimestre pela aplicação em obrigações de taxa fixa permitindo que a Companhia beneficiasse do programa de *quantitative easing* do BCE. A partir de maio, as operações realizadas tiveram como principal objetivo a implementação de uma gestão ALM devido à entrada em vigor do regime Solvência II a partir de 2016.

No 1º quadrimestre, a empresa manteve uma estratégia seletiva cumprindo com a sua política de investimentos, participando sobretudo em emissões *Benchmark* que apresentassem prémios de subscrição atrativos, com maturidade limite de 10 anos, de emittentes *investment grade* com um nível de senioridade superior, essencialmente europeus de exposição *core* e periférica.

Durante o primeiro semestre, os principais índices acionistas atingiram sucessivos máximos históricos. Apesar disso, a empresa decidiu manter a sua exposição nula a esta classe já que o mercado obrigacionista permitia obter retornos de forma garantida, regular e superiores ao mercado acionista. Lembra-se que a ação do BCE, permitiu que as taxas de juro caíssem para níveis nunca observados.

Alguns eventos iriam marcar este período e condicionar os períodos seguintes, nomeadamente, a dívida soberana alemã com maturidade de 10 anos chegou a transacionar a 0,04%; a taxa Euribor a 3 meses atingiu pela primeira vez valores negativos; e pela primeira vez na história, Portugal emitiu dívida pública com juros negativos. Os prémios de risco da dívida soberana dos países periféricos caíram para níveis já não atingidos desde 2010.

A partir de maio, a elevada instabilidade associada à situação na Grécia teve repercussões nos mercados financeiros em especial nos mercados de taxa fixa. Já no segundo semestre, a situação económica da China provocou um terramoto nos mercados acionistas mundiais. Na sequência da desvalorização do Yuan em 1,9%, a bolsa de Xangai caiu mais de 8% influenciando os índices europeus, norte-americanos e também os preços das matérias-primas.

Nesta fase, o principal objetivo da Companhia foi reforçar a gestão ALM, sem recorrer a investimento em ativos com perfil de risco mais elevado, e sempre garantindo a sua liquidez. A empresa preparou assim, de forma adequada a entrada no regime de Solvência II.

(milhares de euros)

Ativos Sob Gestão ⁽¹⁾	2015	2014	VAR 15/14 %
Obrigações	12 766	13 066	-2,3
Taxa fixa	8 827	12 050	-26,7
Taxa variável	3 939	1 016	287,7
Liquidez	2 390	474	404,2
Total	15 156	13 540	11,9

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.

No final do ano, a carteira de investimentos da LOGO ascendia a 15 156 milhares de euros representando um crescimento de 1 616 milhares de euros (+11,9%) face a 2014 devido à libertação de fundos da atividade operacional e ao resultado financeiro.

A carteira de obrigações apresentou um *rating* médio de *investment grade* (BBB+) e uma exposição a dívida soberana de 3 106 milhares de euros (24,3% do total da carteira de obrigações) incluindo 2 000 milhares de euros em dívida pública de curto prazo (maturidade inferior a 1 ano que é considerada como alternativa a liquidez).

A carteira de obrigações de taxa variável, representou em média 15,6% dos ativos sob gestão.

Durante todo o ano foi mantido um nível de liquidez de segurança, em média de 3% dos ativos sob gestão.

(milhares de euros)

Resultado da Atividade Financeira ⁽¹⁾	2015	2014	VAR 15/14 %
Rendimentos	147	337	-56,4
Títulos	147	337	-56,4
Ganhos e Perdas	511	744	-31,3
Títulos	511	744	-31,3
Total	658	1 081	-39,1

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.

No ano de 2015, o resultado da atividade financeira foi positivo em 658 milhares de euros o que representa uma diminuição de -423 milhares de euros (-39,1%) face ao ano anterior.

Destacam-se os resultados positivos de 511 milhares de euros (77,7% do resultado da atividade financeira) obtidos em valias no mercado de dívida. Em sentido oposto, os rendimentos decresceram 56,4% fruto da redução das taxas de juro.

A rentabilidade dos ativos médios foi de 4,8% (2014: 7,8%). Considerando a variação da reserva de justo valor, a rentabilidade foi de 1,6% (2014: 9,7%).

2.4.8 Capital Próprio e Margem de Solvência

Relativamente ao ano anterior, o capital próprio diminuiu 926 milhares de euros, totalizando 4 917 milhares de euros em 2015.

De realçar a diminuição das Reservas de Reavaliação, líquidas de impostos, no valor de 382 milhares de euros e o registo de um Resultado Líquido negativo, de 544 milhares de euros (positivo em 32 milhares de euros em 2014).

De realçar que, fruto de um conjunto de projetos e outros itens não recorrentes, nomeadamente relacionados com amortizações extraordinárias de ativos intangíveis e projetos de Solvência II e *compliance*, os resultados foram afetados de forma direta em 189 milhares de euros, e em cerca de 95 milhares de euros, de forma indireta, no cálculo das provisões técnicas.

A margem de solvência a 31 de dezembro de 2015 situou-se em 107,9% (131,4% em 2014).

(milhares de euros)

Capital Próprio	2015	2014	VAR 15/14 %
Capital social	20 000	20 000	0,0
Outros instrumentos de capital	21 750	21 750	0,0
Reservas de reavaliação	-146	299	-148,8
Reserva por impostos diferidos	0	-63	100,0
Outras reservas	3	0	-
Resultados transitados	-36 146	-36 175	0,1
Resultado líquido	-544	32	-1 800,0
Total	4 917	5 843	-15,8

De referir que os atuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível mínimo de capital exigido para o exercício da atividade seguradora se encontrar devidamente assegurado e ultrapassado tendo em conta os níveis do rácio de solvência mencionados, devendo os acionistas na próxima Assembleia Geral deliberar sobre a sua regularização.

A este respeito, de referir ainda que não só o nível de capitais cumpre e ultrapassa os requisitos mínimos acima mencionados, como ainda as Provisões Técnicas estão devidamente representadas de acordo com a legislação para o exercício da atividade seguradora e não existem dúvidas sobre a continuidade da empresa.

2.4.9 Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

No âmbito da Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a LOGO prosseguiu, no decorrer do ano de 2015, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II.

Durante o ano de 2015, a Diretiva 2009/138/CE foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime Solvência II, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e das Orientações Técnicas, a LOGO ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

No decurso do ano de 2015, e no âmbito integrado do Grupo Tranquilidade, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Participação ativa em grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Resposta à Circular n.º 1/2015 de 16 de julho;
- Definição e formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor;
- Sistematização de toda a legislação referente ao Solvência II na Intranet do Grupo;
- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos da fase preparatória, a nível individual e de Grupo;
- Atualização da ferramenta de projeção de *cash-flows*;
- Revisão de processos, informação e respetiva documentação para efeitos de reporte e cálculo das cargas de capital;
- Revisão do Sistema de Governo;
- Criação de uma política de Sanções e Anticorrupção, bem como de implementação de procedimentos de *Know Your Customer* e de conservação de documentos;
- Monitorização e reporte do risco operacional relacionado com a fraude;
- Desenvolvimento do ciclo de revisão de Continuidade de Negócio, conforme programado (incluindo a realização de exercícios operacionais de Continuidade de Negócio);
- Desenvolvimento de programas de formação específicos e de informação;
- Início do projeto para substituição das ferramentas/ *Datawarehouse* que permitam responder aos requisitos de Pilar I e III;
- Início de projeto de revisão do processo ORSA.

Em matéria de Solvência II foi adicionalmente efetuada a monitorização das ações/ projetos previstos no plano de implementação do Programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido no Grupo Tranquilidade.

2.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Seguros LOGO, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do Artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido do exercício de 2015, no montante negativo de 544 280,69 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

2.6. OBJETIVOS PARA 2016

O contexto macroeconómico e do setor continuará a marcar (e a condicionar) os objetivos para 2016, cujo enfoque principal continuará a ser a rentabilização da operação, com vista à consolidação dos resultados alcançados nos últimos 2 anos e ao início de uma nova fase de crescimento da LOGO.

Neste contexto, em termos comerciais, o objetivo passará por um crescimento dos prémios totais, continuando e reforçando a forte aposta nos canais digitais (em sentido lato), aproveitando as novas ofertas e formas por estes disponibilizadas e permitindo o reforço da diferenciação da LOGO.

O crescimento do *top line* terá como *driver* não só um crescimento em novos no Automóvel, como também uma continuação do reforço dos níveis de *cross-selling* (Casa e Saúde), quer na carteira, quer em novos. Paralelamente, será consolidado o programa de retenção, eixo

prioritário e essencial à rentabilização da operação. E, finalmente, será dado seguimento ao desenvolvimento de parcerias criadoras de valor para os vários *stakeholders*.

Por outro lado, em 2016 será continuado o esforço de promoção de eficiência, quer a nível dos custos operacionais, quer dos custos com sinistros, tendo em conta que este é um objetivo e um desafio contínuo.

Em 2016 continuará ainda a ser objetivo da LOGO continuar e reforçar a sua liderança e diferenciação a nível tecnológico e de inovação, respondendo às necessidades existentes e latentes dos seus clientes, bem como elevar a qualidade do serviço prestado.

Estes objetivos visam o cumprimento da missão da LOGO, i.e., (i) continuar a garantir a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, oferecendo-lhes uma proposta de valor baseada na simplicidade e facilidade, com poupança, e (ii) proporcionar aos acionistas um retorno de capital adequado.

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início de 2015, a estrutura acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. alterou-se, pelo que na LOGO houve lugar também à eleição de novos Órgãos Sociais, com a nomeação de novos membros do Conselho de Administração, novo Conselho Fiscal e novo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração deseja expressar o seu profundo reconhecimento aos Colaboradores da LOGO, pelo seu empenho, dedicação e esforço contínuo.

A LOGO reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que o Grupo Tranquilidade, onde a LOGO se insere, conseguisse ultrapassar com sucesso um dos anos mais desafiantes da sua história.

Lisboa, 7 de abril de 2016

O Conselho de Administração

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Presidente)

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante
(Vogal)

Jan Adriaan de Pooter
(Vogal)

João Carlos Soares Candeias Barata
(Vogal)

José Pedro de Barros Inácio
(Vogal)

Pedro Luís Francisco de Carvalho
(Vogal)

03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

LOGO[®]

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço (Ativo) de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015			31 de Dezembro de 2014
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	2 464		2 464	598
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	12 766		12 766	13 066
Empréstimos e Contas a Receber					
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos					
Empréstimos concedidos					
Contas a receber					
Outros					
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e Edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros ativos tangíveis	10	358	314	44	69
Inventários					
Goodwill					
Outros ativos intangíveis	12	4 688	3 763	925	980
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		2 966		2 966	7 546
Provisão para prémios não adquiridos	4				2 399
Provisão para sinistros	4	2 966		2 966	5 147
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		4 196	128	4 068	2 553
Contas a receber por operações de seguro direto	13	726	128	598	645
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	1 568		1 568	438
Contas a receber por outras operações	13	1 902		1 902	1 470
Ativos por Impostos		119		119	134
Ativos por impostos correntes	24	119		119	134
Ativos por impostos diferidos	24				
Acréscimos e diferimentos	13	145		145	135
Outros elementos do ativo					
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Total Ativo		27 702	4 205	23 497	25 081

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Filipe Antero Rogenes Barreto Infante
Jan Adriaan de Pooter
João Carlos Soares Candeias Barata
José Pedro de Barros Inácio
Pedro Luís Francisco de Carvalho

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Passivo			
Provisões Técnicas		17 034	17 692
Provisão para prémios não adquiridos	4	5 743	5 359
Provisão para Sinistros		10 391	11 324
De vida			
De acidentes de trabalho			
De outros ramos	4	10 391	11 324
Provisão para participação nos resultados			
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade	4	36	21
Provisão para riscos em curso	4	864	988
Outras provisões técnicas			
Outros Passivos Financeiros			
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		627	731
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	45	28
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	310	315
Contas a pagar por outras operações	13	272	388
Passivos por Impostos		327	410
Passivos por impostos correntes	24	327	347
Passivos por impostos diferidos	24		63
Acréscimos e diferimentos	13	592	405
Outras provisões			
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		18 580	19 238
Capital Próprio			
Capital	25	20 000	20 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	21 750	21 750
Reservas de Reavaliação		-146	299
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	-146	299
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26		-63
Outras reservas	26	3	
Resultados transitados		-36 146	-36 175
Resultado do exercício		-544	32
Total Capital Próprio		4 917	5 843
Total Passivo e Capital Próprio		23 497	25 081

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo DiasO DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da SilvaO DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões LopesO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Filipe Antero Rogenes Barreto Infante
Jan Adriaan de Pooter
João Carlos Soares Candeias Barata
José Pedro de Barros Inácio
Pedro Luís Francisco de Carvalho

Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2015			31 de Dezembro de 2014
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		13 904		13 904	10 755
Prémios brutos emitidos	14	19 219		19 219	19 200
Prémios de resseguro cedido	14	-2 436		-2 436	-8 406
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-480		-480	24
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	-2 399		-2 399	-63
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	10 004		10 004	8 189
Montantes pagos		8 819		8 819	8 048
Montantes brutos		12 188		12 188	12 295
Parte dos resseguradores		-3 369		-3 369	-4 247
Provisão para sinistros (variação)		1 185		1 185	141
Montante bruto		-996		-996	-351
Parte dos resseguradores		2 181		2 181	492
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-109		-109	-724
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro					
Montante bruto					
Parte dos resseguradores					
Participação nos resultados, líquida de resseguro					
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	5 660		5 660	4 973
Custos de aquisição		5 348		5 348	5 455
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-96		-96	-15
Gastos administrativos		1 504		1 504	1 517
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-1 096		-1 096	-1 984
Rendimentos	16	147		147	337
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		147		147	337
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros					
Gastos Financeiros	16	16		16	10
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		16		16	10
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17	511		511	744
De ativos disponíveis para venda		511		511	744
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Diferenças de câmbio					
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)			-17	-17	13
De ativos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		-17	-17	13
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-324		-324	-69
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/ gastos	20		815	815	714
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido Antes de Impostos		-1 333	798	-535	46
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-9	-9	-14
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
Resultado Líquido do Exercício		-1 333	789	-544	32
Resultado por Ação (em euros)	27			-0,14	0,01

04

DEMONSTRAÇÃO DO
RENDIMENTO
INTEGRAL

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

LOGO®

04

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

	2015	2014
Resultado Líquido do Exercício	-544	32
Itens que Poderão Vir a Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	-382	208
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda	-445	262
Variação dos impostos correntes e diferidos	63	-54
Itens que Não Irão Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	-	-
Outro Rendimento Integral do Exercício Depois de Impostos	-382	208
Total do Rendimento Integral do Exercício	-926	240

05

MAPA DE VARIAÇÃO
DE CAPITAIS
PRÓPRIOS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

LOGO®

05

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Mapa de Variação de Capitais Próprios nos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
					Reserva Legal	Outras Reservas			
		Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda						
Balanço a 31 de Dezembro 2013	20 000	21 750	37	-9	-	-	-33 694	-2 481	5 603
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			262						262
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-54					-54
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-2 481	2 481	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	262	-54	-	-	-2 481	2 481	208
Resultado líquido do exercício								32	32
Balanço a 31 de Dezembro 2014	20 000	21 750	299	-63	-	-	-36 175	32	5 843
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-445						-445
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				63					63
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						3	-3		-
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							32	-32	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	-445	63	3	-	29	-32	-382
Resultado líquido do exercício								-544	-544
Balanço a 31 de Dezembro 2015	20 000	21 750	-146	-	3	-	-36 146	-544	4 917

06

DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS
DE CAIXA

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

LOGO®

06
DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(milhares de euros)

Demonstração de Fluxos de Caixa	2015	2014
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	2 648	-1 360
Resultado líquido do exercício	-544	32
Depreciações e amortizações do exercício	782	691
Varição das provisões técnicas de seguro direto	-658	-904
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	4 580	555
Varição de empréstimos e contas a receber	-	-
Varição de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-1 515	-1 128
Varição de outros ativos e passivos por impostos	-68	28
Varição de outros ativos e passivos	175	-535
Varição de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-104	-99
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	-782	997
Varição nos ativos financeiros disponíveis para venda	-294	-3 146
Juros	214	298
Varição nos ativos a deter até à maturidade	-	1 552
Varição em outros depósitos	-	2 500
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-702	-207
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	-	-
Distribuição de dividendos	-	-
Subscrição de capital/ prestações acessórias	-	-
Varição Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	1 866	-363
Caixa e equivalentes no início do exercício	598	961
Caixa e equivalentes no fim do exercício	2 464	598

07

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

LOGO®

07

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) foi constituída em finais de 2007, é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., e iniciou a atividade em 01 de janeiro de 2008, tendo o lançamento comercial da operação sido efetuado a 14 de janeiro do mesmo ano.

A Companhia tem sede social na Rua D. Manuel II, 290, no Porto, estando registada com o NIPC 508278600 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o mesmo número.

Exerce a atividade de seguros em Portugal sob a supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), mediante a autorização n.º 1175, de novembro de 2007 e LEI: 549300NMXLPCD67G5F42.

Desde o lançamento, em janeiro de 2008, que a LOGO comercializa o ramo Automóvel, sendo que em dezembro de 2009 iniciou a comercialização do ramo Multirrisco. Em abril de 2012 passou igualmente a comercializar o ramo Saúde.

ALOGO tem como objetivo explorar o segmento de canais diretos (telefone e internet), atuando no mercado sem qualquer tipo de intermediários, através de uma proposta de valor assente na simplicidade, rapidez e inovação.

As Notas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Até ao momento, a LOGO explora os ramos de seguro Automóvel, Multirrisco e Saúde, para os quais foi autorizada pela ASF, e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, para particulares, e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físico, financeiro e moral.

Os segmentos operacionais objeto de relato são os das linhas de negócio para os quais a Companhia tem ao dispor dos seus clientes produtos e soluções, e estão, naturalmente, relacionados com os segmentos Automóvel, Multirrisco e Saúde.

A LOGO optou por ter produtos pré-definidos, que vão de encontro às necessidades dos clientes alvo identificados, simplificando fortemente o processo de escolha, disponibilizando neste momento quatro produtos

para Automóveis (LOGO *Light*, LOGO *Topping*, LOGO *Safe* e LOGO *Max*), um produto para Motociclos (LOGO *Moto*), um produto para Multirrisco, com possibilidade de proteção do imóvel e/ ou recheio (LOGO *Casa*), e ainda um produto para Saúde, que inclui 7 módulos totalmente independentes entre si (LOGO *Saúde*).

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014, segmentada pelas linhas de negócio mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2015	Total Não Vida	Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Diversos
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	19 219	532	467	15 593	2 627
Prémios de resseguro cedido	-2 436	-41	-34	-1 116	-1 245
Prémios brutos adquiridos	18 739	503	430	15 269	2 537
Resultado dos investimentos	642	11	16	582	33
Custos com sinistros brutos	11 192	176	251	10 765	-
Custos de exploração brutos	6 756	334	195	5 548	679
Resultado técnico	-1 333	-84	-22	-1 162	-65
Rubricas de Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	19 684	326	503	17 820	1 035
Provisões técnicas	17 034	282	435	15 421	896

(milhares de euros)

2014	Total Não Vida	Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Diversos
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	19 200	445	388	15 809	2 558
Prémios de resseguro cedido	-8 406	-32	-38	-6 290	-2 046
Prémios brutos adquiridos	19 224	424	355	15 901	2 544
Resultado dos investimentos	1 071	16	25	977	53
Custos com sinistros brutos	11 944	170	251	11 523	-
Custos de exploração brutos	6 957	241	161	5 838	717
Resultado técnico	-681	-37	-49	-483	-112
Rubricas de Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	22 572	341	532	20 581	1 118
Provisões técnicas	17 692	267	417	16 132	876

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da LOGO agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCEs 07”), emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações introduzidas pelas Normas n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro, e n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de Seguro”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2015, a LOGO adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a LOGO ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Em virtude de a Companhia ser, através do seu acionista, uma subsidiária da AP VIII Calm Eagle Holdings SCA, com sede no Luxemburgo, na Avenue J. F. Kennedy L-1855, 44, as demonstrações financeiras agora apresentadas serão consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas desta entidade.

As demonstrações financeiras da LOGO em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de abril de 2016. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria. Durante 2014, a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“*tainting*”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a LOGO não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da Norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8
Instalações interiores	5 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Outro equipamento	10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

A Companhia efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade. O impacto desta revisão encontra-se expresso na Nota 12.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a LOGO cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro cedido.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores, quando existentes, são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de dois (2) meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Outros benefícios

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, a previsão de um plano de contribuição definida para todos os trabalhadores que preencham os requisitos previstos no Contrato Coletivo de Trabalho e (ii) o pagamento de um prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Plano de contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tem um plano de contribuição definida contributivo para todos os trabalhadores que observem as condições definidas no novo Contrato Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos Colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2014 corresponde a 22,5% e 24,5%, respetivamente, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 euros e inferior a 7 500 000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7 500 000 euros e inferior a 35 000 000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas por imparidade (líquidas de reversão)". Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a LOGO considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

NOTA 4 - NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico estão limitados a 20% da respetiva provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de

seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo. É constituída para o Risco de Fenómenos Sísmicos através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanço	2015			2014		
	PPNA Bruto	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruto	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	154	31	123	125	25	100
Incêndio e outros danos	244	49	195	207	41	166
Automóvel	5 756	1 151	4 605	5 432	1 086	4 346
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	1 025	205	820	935	188	747
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	7 179	1 436	5 743	6 699	1 340	5 359

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2015			2014		
	PPNA Bruto	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruto	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	29	6	23	22	25	-3
Incêndio e outros danos	37	8	29	33	6	27
Automóvel	324	65	259	-93	-20	-73
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	90	17	73	14	4	10
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	480	96	384	-24	15	-39

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	1 651	-1 651	-28
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	748	-748	-35
Diversos	-	-	-	-
Total	-	2 399	-2 399	-63

A provisão para sinistros de seguro direto refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	85	134	-49	46
Incêndio e outros danos	168	159	9	13
Automóvel	10 138	11 031	-956	-410
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	10 391	11 324	-996	-351

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 878 milhares de euros (2014: 951 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR) e inclui ainda uma estimativa no montante de 244 milhares de euros (2014: 508 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2014 (1)	Sinistros* Pagos em 2015 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2015 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	134	63	5	-66
Incêndio e outros danos	159	84	69	-6
Automóvel				
- Responsabilidade civil	9 308	4 028	5 012	-268
- Outras coberturas	1 723	719	761	-243
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	11 324	4 894	5 847	-583

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores.

No ramo Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a uma maior eficiência na regularização dos sinistros permitindo uma redução sustentada dos custos com sinistros e a reavaliação das provisões necessárias para anos anteriores.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	2 966	5 147	-2 181	-492
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	2 966	5 147	-2 181	-492

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 134 milhares de euros (2014: 850 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos – Prestações (1)	Montantes Pagos – Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	225	-	-49	176
Incêndio e outros danos	225	17	9	251
Automóvel				
- Responsabilidade civil	8 969	296	-897	8 368
- Outras coberturas	2 375	81	-59	2 397
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	11 794	394	-996	11 192
Resseguro aceite	-	-	-	-
Total Geral	11 794	394	-996	11 192

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos – Prestações (1)	Montantes Pagos – Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	124	-	46	170
Incêndio e outros danos	219	19	13	251
Automóvel				
- Responsabilidade civil	8 993	315	-439	8 869
- Outras coberturas	2 530	95	29	2 654
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	11 866	429	-351	11 944
Resseguro aceite	-	-	-	-
Total Geral	11 866	429	-351	11 944

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	36	21	15	13
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	36	21	15	13

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	74	33	41	33
Incêndio e outros danos	36	71	-35	-35
Automóvel	678	755	-77	-642
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	76	129	-53	-93
Diversos	-	-	-	-
Total	864	988	-124	-737

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão de apólice e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto com custos de gestão, bruto de resseguro, líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas, comparando os custos efetivos com estimativas anteriores é como segue:

(milhares de euros)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro, líquido de reembolsos brutos de provisão para cobranças duvidosas	1 723	4 172	8 246	11 135	11 013	11 253	10 902	9 905
Pagamentos acumulados								
Um ano depois	1 004	3 192	5 025	6 585	4 926	4 546	4 894	
Dois anos depois	1 074	3 500	6 117	7 822	5 970	6 329		
Três anos depois	1 084	3 852	6 669	8 355	7 119			
Quatro anos depois	1 098	4 106	6 865	8 996				
Cinco anos depois	1 275	4 138	7 273					
Seis anos depois	1 276	4 395						
Sete anos depois	1 329							
Estimativa final de custos com sinistros								
Um ano depois	1 629	4 963	9 901	10 657	10 714	10 883	10 741	
Dois anos depois	1 842	5 295	9 042	10 755	10 557	10 876		
Três anos depois	2 001	4 970	8 842	10 629	10 668			
Quatro anos depois	1 856	5 021	8 811	10 913				
Cinco anos depois	1 910	5 014	8 871					
Seis anos depois	1 919	5 052						
Sete anos depois	1 908							
Excedente/ (défice) acumulado	- 185	- 880	- 625	222	345	377	161	

A LOGO pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. O programa de resseguro em 2015, foi constituído para o ramo de Automóvel por três tratados em Excedente de Perdas, para o ramo de Assistência e Saúde por um tratado em Quota-parte e para o ramo Multirrisco por quatro tratados em Excedente de Perdas, conforme o quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Automóvel (responsabilidade civil e ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil, danos próprios e ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Assistência	Quota parte
Saúde (assistência)	Quota parte
Multirrisco (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco (catástrofes naturais - <i>sub-layer</i>)	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco (agregada)	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)

Até ao exercício de 2014, o ramo automóvel esteve coberto por tratados de resseguro em quota-parte, cuja retenção no ano de 2014 foi de 38%, tendo esta cobertura deixado de ser contratada em 2015. Os saldos do balanço e da conta de ganhos e perdas relativos ao resseguro cedido no ano de 2015 refletem os efeitos desta alteração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2015	2014
Custos com sinistros	Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-1 551	-1 208
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-902	-778

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de spread e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política de Investimentos, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela LOGO, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e compliance. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é proposta pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global e aprovada pelo Conselho de Administração, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro, pelo que dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração. Dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário, porém dado que a LOGO não detém quaisquer imóveis como sua propriedade, não existe exposição a este risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, encontra-se sobretudo nos títulos de rendimento fixo.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia, não existindo efeitos sobre os passivos:

Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
	2015	2014
Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	396	683
Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	-358	-630

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco.

(milhares de euros)

Rating	2015		2014	
	%	Valor	%	Valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	12%	1 592	3%	408
A	40%	5 157	39%	5 142
BBB	34%	4 372	21%	2 750
BB	9%	1 101	31%	4 047
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	4%	544	6%	719
Total	100%	12 766	100%	13 066

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2015			2014		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	1%	98	-	2%	302	-
Comunicações	0%	-	-	5%	612	-
Bens consumíveis (cíclico)	4%	497	-	7%	917	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	11%	1 412	-	16%	2 153	-
Energia	8%	1 043	-	4%	515	-
Financeiro	23%	2 986	-	37%	4 840	-
Fundos	0%	-	-	0%	-	-
Dívida pública	24%	3 105	-	13%	1 761	-
Industrial	11%	1 418	-	0%	-	-
Medicina	0%	-	-	0%	-	-
Tecnologia	6%	798	-	2%	308	-
Serviços públicos/ coletivos	10%	1 308	-	12%	1 554	-
Outros	1%	101	-	1%	104	-
Total	100%	12 766		100%	13 066	

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/ excedentes de capital.

A análise de maturidade dos ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros)

2015	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Total
Ativos financeiros	3 092	3 084	3 685	5 532	3 905	19 298
Passivos financeiros	45	582	-	-	-	627
Líquido	3 047	2 502	3 685	5 532	3 905	18 671

(milhares de euros)

2014	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Total
Ativos financeiros	1 350	876	1 441	5 046	7 504	16 217
Passivos financeiros	28	703	-	-	-	731
Líquido	1 322	173	1 441	5 046	7 504	15 486

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação já existentes ou a desenvolver na LOGO face aos riscos atrás identificados, destacamos as seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de normativos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na LOGO para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda a Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a LOGO se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a LOGO apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;

- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da LOGO (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global, que detém uma função de supervisão, tendo como principal responsabilidade a monitorização do sistema de gestão de risco e de controlo interno, e pela Direção Jurídica, que detém a função de *Compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção de Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresenta um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na LOGO encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma da ASF n.º 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades.

Adicionalmente, a LOGO dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizado na Direção de Risco Global, no qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A LOGO monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º 6/2007-R, de 27 de abril, da ASF e o cálculo da respetiva margem apresenta os seguintes componentes:

(milhares de euros)

	2015	2014
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	3 991	4 862
Margem de Solvência a Constituir	3 700	3 700
Resultado na ótica dos prémios	2 409	2 151
Resultado na ótica dos sinistros	2 220	2 251
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	2 251	3 700
Fundo de garantia mínimo legal	3 700	3 700
Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência	291	1 162
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	107,9%	131,4%

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e das Orientações Técnicas, a LOGO ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

No âmbito do Regime Transitório definido para Portugal, previsto na Circular n.º 5/2014 da ASF, foram produzidos em 2015 os resultados provisórios relativos ao requisito de capital de solvência com referência a 30 de setembro de 2015. Os resultados obtidos indicam a suficiência dos fundos próprios da Companhia de acordo com o novo regime.

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de Atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, são como seguem:

	(%)	
	2015	2014
Rácio de sinistralidade ^{a)}	60,9%	58,7%
Rácio de aquisição ^{b)}	27,3%	28,3%
Rácio administrativo ^{c)}	7,8%	7,9%
Rácio Combinado	96,0%	95,0%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + Outros custos - proveitos técnicos)/ Prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ Prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados)/ Prémios brutos emitidos.

Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Contas a receber	120	95
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-15	-13
Total Líquido	105	82

NOTA 6 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 766	13 066
Investimentos em filiais e associadas	-	-
Depósitos a prazo	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	12 766	13 066

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3 106	1 761
De outros emissores	9 660	11 305
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	12 766	13 066

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 652	60	49	-	1 761
De outros emissores	10 967	88	250	-	11 305
Ações	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2014	12 619	148	299	-	13 066
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3 096	12	-2	-	3 106
De outros emissores	9 735	69	-144	-	9 660
Ações	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2015	12 831	81	-146	-	12 766

Não ocorreram quaisquer movimentos de dotações, reversões ou anulações relativas a perdas de imparidade de ativos disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Investimentos a Deter até à Maturidade

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem ativos classificados nesta categoria. No entanto, importa realçar que durante 2014 a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a LOGO não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 464	2 464	598	598
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4 068	4 068	2 553	2 553
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	6 532	6 532	3 151	3 151
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	627	627	731	731
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	627	627	731	731

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

Metodologias de Valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	12 766	-	-	12 766
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	3 106	-	-	3 106
De outros emissores	9 660	-	-	9 660
Total	12 766	-	-	12 766

(milhares de euros)

	2014			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	13 066	-	-	13 066
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 761	-	-	1 761
De outros emissores	11 305	-	-	11 305
Total	13 066	-	-	13 066

Os níveis representam a seguinte descrição:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

NOTA 8 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Caixa	-	-
Depósitos em instituições de crédito	2 464	598
Total	2 464	598

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

A Companhia possui ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Equipamento	358	335
Equipamento administrativo	203	203
Máquinas e ferramentas	10	9
Equipamento informático	73	51
Instalações interiores	1	1
Despesas edifícios arrendados	68	68
Outras imobilizações corpóreas	3	3
Imobilizado em Curso		
Amortizações Acumuladas	-314	-266
Imparidades	-	-
Total Líquido	44	69

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2014	109	-	109
Adições	1	-	1
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-41	-	-41
Abates/ vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	69	-	69
Adições	23	-	23
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-48	-	-48
Abates/ vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	44	-	44

NOTA 11 – AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

A indicação de quais os ativos afetos e não afetos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

(milhares de euros)

	2015		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	2 390	74	2 464
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 766	-	12 766
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	44	44
Total	15 156	118	15 274

(milhares de euros)

	2014		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	475	123	598
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	13 066	-	13 066
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	69	69
Total	13 541	192	13 733

Ao abrigo do tratado de resseguro assinado com a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., esta obriga-se a caucionar as respetivas responsabilidades enquanto ressegurador da Companhia. A esta data este processo está devidamente formalizado e concluído.

NOTA 12 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de ativos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e de 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

A Companhia efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade. Esta revisão resultou no apuramento de um montante de 107 milhares de euros de amortização extraordinária e não recorrente.

O saldo das rubricas de Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros Intangíveis	4 688	4 008
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	3 945	3 499
Software	367	367
Intangíveis em curso	376	142
Amortizações Acumuladas	-3 763	-3 028
Imparidades	-	-
Total Líquido	925	980

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2014	1 234	-	190	1 424
Adições	-	-	206	206
Amortizações do exercício	-650	-	-	-650
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	254	-	-254	-
Abates	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	838	-	142	980
Adições	20	-	659	679
Amortizações do exercício	-734	-	-	-734
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	425	-	-425	-
Abates	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	549	-	376	925

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	734	650
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-
Montantes pagos - montantes brutos	37	32
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-
Custos de aquisição	513	451
Gastos administrativos	184	166
Gastos financeiros	-	-
Outros	-	1

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ativo Bruto	726	757
Tomadores de seguro	-	-
- Recibos por cobrar	240	335
- Reembolsos de sinistros	486	422
Ajustamentos	-128	-112
Recibos por cobrar	-113	-99
Créditos de cobrança duvidosa	-15	-13
Ativo Líquido	598	645

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	99	113
Dotações do exercício	14	-
Utilizações do exercício	-	-14
Saldo em 31 de Dezembro	113	99
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	13	12
Dotações do exercício	2	1
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	15	13

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Resseguradores	1 568	438
Ressegurados	-	-
Total	1 568	438

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Ativo Bruto	1 902	1 470
Entidades relacionadas	1 435	1 252
Gestão por conta IDS e representadas	422	189
Outros valores a receber	45	29
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Ativo Líquido	1 902	1 470

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Gastos Diferidos	145	135
- Rendas	8	8
- Outsourcing	137	127
Ativo Líquido	145	135

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	30	17
Mediadores de seguro	-	-
- Comissões a pagar	-	-
- Contas correntes	15	11
Cosseguradoras	-	-
Total	45	28

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Resseguradores	310	315
Ressegurados	-	-
Total	310	315

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Entidades relacionadas	24	67
Outros fornecedores de bens e serviços	235	297
Outros valores a pagar	13	24
Total	272	388

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Acréscimo de Custos	592	405
- Custos com pessoal (subsídios, encargos e bônus)	86	77
- Fornecimentos e serviços externos	506	328
Total	592	405

NOTA 14 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto, são analisados como segue:

(milhares de euros)						
Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	532	445	29	21	503	424
Incêndio e outros danos	467	388	37	33	430	355
Automóvel	15 593	15 809	324	-92	15 269	15 901
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	2 627	2 558	90	14	2 537	2 544
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	19 219	19 200	480	-24	18 739	19 224

Os prémios emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Acidentes e doença	41	32	-	-	41	32
Incêndio e outros danos	34	38	-	-	34	38
Automóvel	1 116	6 290	-1 651	-28	2 767	6 318
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	1 245	2 046	-748	-35	1 993	2 081
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	2 436	8 406	-2 399	-63	4 835	8 469

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não Vida de 2015, conforme formato requerido pela ASF, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	532	503	176	334	-41
Incêndio e outros danos	467	430	251	195	-34
Automóvel					
-Responsabilidade civil	10 702	10 610	8 368	3 657	-363
-Outras coberturas	4 891	4 659	2 397	1 891	-121
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	2 627	2 537	-	679	-1 992
Diversos	-	-	-	-	-
Total	19 219	18 739	11 192	6 756	-2 551
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
Total Geral	19 219	18 739	11 192	6 756	-2 551

NOTA 16 – RENDIMENTOS/ RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Juros	147	337
Ativos financeiros disponíveis para venda	147	298
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	39
Depósitos, empréstimos e outros ativos	-	-
Total	147	337

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	26	66
De outros emissores	121	271
Ações		
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Depósitos	-	-
Empréstimos e outros ativos	-	-
Total	147	337

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Custos imputados à função investimentos	16	10
Juros de acordos de recompra	-	-
Total	16	10

NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias são como segue:

(milhares de euros)

	2015			2014		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor por Resultados	690	-179	511	955	-211	744
Ativos financeiros disponíveis para venda	690	-179	511	955	-211	744
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Total	690	-179	511	955	-211	744

NOTA 20 – OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros Rendimentos Técnicos	751	884
Gestão por conta de sinistros	751	884
Outros Gastos Técnicos	1 075	953
Gestão por conta de sinistros	1 075	953
Valor do Ganhos e Perdas	-324	-69

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Outros Rendimentos Não Técnicos	1 075	864
Correções e acertos	7	12
Outros ganhos	1 068	852
Outros Gastos Não Técnicos	260	150
Donativos	10	5
Quotizações	3	-
Correções e acertos	153	105
Outros gastos	85	27
Serviços bancários e juros de mora	9	13
Valor do Ganhos e Perdas	815	714

NOTA 21 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2015	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	142	19%	497	65%	117	15%	6	1%	762	100%
Fornecimentos e serviços externos	214	4%	4 218	78%	962	18%	4	0%	5 398	100%
Impostos	-	0%	-	0%	200	100%	-	0%	200	100%
Amortizações	38	5%	519	66%	225	29%	-	0%	782	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	6	100%	6	100%
Total	394	6%	5 234	73%	1 504	21%	16	0%	7 148	100%

(milhares de euros) (%)

2014	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	122	16%	508	65%	155	20%	-	0%	785	100%
Fornecimentos e serviços externos	275	5%	4 405	78%	948	17%	3	0%	5 631	100%
Impostos	-	0%	-	0%	207	100%	-	0%	207	100%
Amortizações	32	5%	452	65%	207	30%	-	0%	691	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	7	100%	7	100%
Total	429	6%	5 365	73%	1 517	21%	10	0%	7 321	100%

Os montantes dos Custos com pessoal são analisados na Nota 22.

Os montantes dos Fornecimentos e Serviços Externos são decompostos como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Eletricidade, água e comunicações	106	98
Despesas de deslocação e representação	20	21
Rendas a alugueres	122	123
Manutenção de equipamento	278	272
Cobrança de prémios	178	187
Publicidade, <i>outsourcing</i> , consultadorias e trabalhos especializados	4 298	4 604
Outros serviços e fornecimentos diversos	396	326
Total	5 398	5 631

Os montantes dos Impostos e taxas são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Imposto de selo	1	1
Taxa para a ASF	47	46
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	143	150
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	9	10
Outros impostos, taxas e licenças	-	-
Total	200	207

Os montantes das Amortizações são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	735	650
Equipamento informático	7	-
Equipamento administrativo e máquinas	40	41
Total	782	691

Os montantes de Outros Custos, em 2015 e 2014, são referentes a comissões de gestão da carteira de investimentos.

A rubrica de ganhos e perdas de Custos e Gastos de Exploração Líquida é decomposta como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	114	90
Custos imputados	5 234	5 365
Custos de aquisição diferidos (variação)	-96	-15
Gastos administrativos		
Custos imputados	1 504	1 517
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-1 096	-1 984
Total	5 660	4 973

NOTA 22 - GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2015	2014
Diretor	-	1
Gestor	3	2
Técnico	5	5
Especialista	2	3
Coordenador operacional	1	-
Total	11	11

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Remunerações - órgãos sociais	112	37
Remunerações - pessoal	489	579
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	29	5
Encargos sobre remunerações - pessoal	94	121
Seguros obrigatórios	16	15
Gastos de ação social	9	9
Formação	7	18
Outros gastos com pessoal	6	1
Total	762	785

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2015 pelos Revisores Oficiais de Contas que cessaram funções, no âmbito dos serviços de Revisão Oficial de Contas do exercício de 2014, perfizeram o montante de 3 milhares de euros.

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2015 ascendem a 31 milhares de euros, dos quais 24,5 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 6,5 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

NOTA 24 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Conforme referido na Nota 3, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

A Companhia apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios entre 2008 e 2013, e pela primeira vez desde o seu início, em 2014, apresentou um resultado fiscal positivo, ainda que residual, tendo portanto nesse ano calculado o imposto corrente com base na taxa nominal de imposto e de derrama, de 24,50%, que correspondia à taxa nominal aprovada à data do balanço em 2014.

Em 2015, dado que se verificou novamente um resultado fiscal negativo, manteve-se o critério prudencial, não tendo sido calculado qualquer imposto diferido ativo sobre os valores de reporte fiscal ainda por utilizar (cerca de 5,95 milhões de euros), tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Reporte Perdido	Último Ano para Utilização
2008	10 905	54	0	10 851	2014
2009	7 548	-	0	7 548	2015
2010	8 004	-	0	8 004	2014
2011	3 885	-	0	3 885	2015
2012	3 009	-	3 009	0	2017
2013	2 404	-	2 404	0	2018
2015	540	-	540	0	2027
Total	36 295	54	5 953	30 288	

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

A Companhia não foi ainda objeto de qualquer inspeção pelas Autoridades Fiscais, estando sujeita a inspeção e eventual ajustamento durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da LOGO, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2015 e 2014 explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2015		2014	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	117	-	134	-
Retenção de imposto na fonte	-	13	-	13
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Outros impostos e taxas	-	302	-	322
Contribuições para a segurança social	2	12	-	12
Tributos das autarquias locais	-	-	-	-
Total	119	327	134	347

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Títulos	-	-	-	-63	-	-63
Total	-	-	-	-63	-	-63

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2015 e 2014 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2015	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-	-9	-9
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-9	-9
Imposto Diferido	63	-	-	63
Títulos	63	-	-	63
Total	63	-	-9	54

(milhares de euros)

2014	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-	-14	-14
Estimativa de IRC	-	-	-7	-7
Imposto autónomo	-	-	-7	-7
Imposto Diferido	-54	-	-	-54
Títulos	-54	-	-	-54
Total	-54	-	-14	-68

A reconciliação da taxa de efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Resultado antes de impostos	-535	46
Taxa de imposto nominal	21,0%	24,5%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	112	-11
Reporte de prejuízos fiscais gerados no exercício não considerados	-113	-
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-6	-3
Imposto autónomo	-9	-7
Benefícios fiscais	7	7
Imposto Reconhecido nos Resultados	-9	-14
Taxa de Imposto Efetiva	-1,7%	30,4%

NOTA 25 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da LOGO ascende a 20 milhões de euros, representado por 4 milhões de ações de valor nominal de 5 euros cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 7,5 milhões de euros em 2007 e 12,5 milhões de euros em 2008.

Entre 2009 e 2013, o acionista único reforçou os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 21,8 milhões de euros.

Os resultados dos exercícios de 2014 e de 2013 foram aplicados em 2015 e 2014, respetivamente, conforme indicado:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Resultados transitados	29	-2 481
Reserva legal	3	-
	32	-2 481

NOTA 26 - RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Reservas de justo valor de ativos financeiros	-146	299
Reserva por impostos diferidos	-	-63
Outras reservas	3	-
- Reserva legal	3	-
- Reservas livres	-	-
Reservas	-143	236

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2015	2014
Títulos de rendimento variável	-	-
Títulos de rendimento fixo	-146	299
Reservas de Justo Valor	-146	299

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	12 831	12 619
Imparidade	-	-
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	12 831	12 619
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	12 685	12 918
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	-146	299
Impostos diferidos e correntes	-	-63
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	-146	236

O movimento da reserva de justo valor líquida, nos exercícios de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Saldo a 1 de janeiro	236	28
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-445	262
Imparidade reconhecida no ano	-	-
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	63	-54
Saldo a 31 de dezembro	-146	236

NOTA 27 – RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	-544	32
Número de ações (final do exercício)	4 000 000	4 000 000
Resultados por Ação (em euros)	-0,14	0,01

NOTA 29 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em 15 de janeiro de 2015, o Grupo Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., acionista único da LOGO, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015, são consideradas entidades relacionadas da LOGO todas as entidades que integram o Grupo Apollo, em particular a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. e todas as suas participadas.

Até essa data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. e as suas participadas pertenciam à ESFG - Espírito Santo Financial Group, pelo que em 31 de dezembro de 2014 eram consideradas entidades relacionadas todas as entidades do Grupo ESFG.

Os relacionamentos entre a LOGO e o seu acionista Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as relativas a arrendamento, resseguro, serviços de suporte técnico e serviços de *call center*.

Os saldos a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. refletem os valores faturados pela LOGO no âmbito do contrato de prestação de serviços de apoio e suporte técnico existente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o montante global dos ativos e passivos da LOGO que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2015				2014			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	-	8	129	-	-	-	70	-
E.S. CONTACT CENTER	-	4	14	-	18	-	48	-
EUROP ASSISTANCE	-	170	-	-1 245	-	172	-	-2 112
IMOPRIME	-	9	94	-	-	8	94	-
TRANQUILIDADE	4 731	84	-1 809	-2 599	7 631	747	-5 961	-6 141
TRQ ANGOLA	1 234	-	-	1 055	1 234	-	-	753
T-VIDA	-	-	-	-	-	3	-	-
NOVO BANCO (*)	-	-	-	-	591	1	207	24
E.S. INFORMÁTICA (*)	-	-	-	-	-	-	66	-
E.S. SERVIÇOS 2, ACE (*)	-	-	-	-	-	79	1 323	-
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS (*)	-	-	-	-	-	-	22	-
Total	5 965	275	-1 572	-2 789	9 474	1 009	-4 133	-7 475

(*) Entidades que deixaram de ser consideradas partes relacionadas em 2015.

NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 - COMPROMISSOS

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e contratos de locação operacional referentes a material de transporte. Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2015	2014
Ativos tangíveis (valor bruto)	9	9
Amortizações acumuladas	-9	-9
Ativos Tangíveis (Valor Líquido)	-	-
Credores - Fornecedores de Bens	0	0

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação financeira	-	-	-
Contratos de locação operacional	6	10	2

NOTA 37 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

1 - Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício de 2015

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia (UE) tiveram aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Norma/ Interpretação	Aplicável na UE nos Exercícios Iniciados Em ou Após	
IFRIC 21 Pagamentos ao Estado	17-Jun-14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
Emenda à IFRS 3 Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013)	1-Jan-15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

A adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não produziu efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

2 - Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela UE:

Norma/ Interpretação	Aplicável na UE nos Exercícios Iniciados Em ou Após	
Emenda à IAS 19 Benefícios dos empregados - Contribuições de empregados	1-Fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.
Emenda à Norma IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras – “ <i>Disclosure Initiative</i> ”	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção.
Emenda à IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 27 Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.

O Conselho de Administração não antecipa que a adoção destas normas venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 - Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela UE:

Norma/ Interpretação	
IFRS 9 Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 14 Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados;
IFRS 15 Rédito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 16 Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emendas à IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que a aplicação das normas IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras, os quais estão ainda em avaliação pela Companhia.

O Conselho de Administração não antecipa que a adoção pela primeira vez das restantes normas acima referidas venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

ANEXO I – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT 0% 03/18/16		1 000 000,00	100,00%	100,0%	999 750,00	100,0%	999 950,00
Subtotal	0	1 000 000,00			999 750,00		999 950,00
2.1.2.3 - De outros emissores							
GALP ENERGIA 4.125% 01/19		500 000,00	104,98%	106,6%	533 150,00	108,8%	544 132,33
REN 6.25% 09/16		500 000,00	103,69%	105,8%	528 900,00	105,4%	527 043,75
Subtotal	0	1 000 000,00			1 062 050,00		1 071 176,08
Total	0	2 000 000,00			2 061 800,00		2 071 126,08
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
CERT DI CREDITO DEL TESORO 0% 08/16		1 000 000,00	100,02%	99,9%	998 950,00	100,0%	1 000 150,00
IRISH GOVT 0.8% 03/22		500 000,00	102,13%	99,5%	497 685,00	102,8%	513 830,33
UNITED MEXICAN STATES 1.625% 03/06/24		300 000,00	95,67%	99,5%	298 458,00	97,0%	291 005,90
Subtotal	0	1 800 000,00			1 795 093,00		1 804 986,23
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
COMMUNITY OF MADRID 1.826% 25		300 000,00	98,72%	100,0%	299 991,00	100,2%	300 742,93
Subtotal	0	300 000,00			299 991,00		300 742,93
2.2.2.3 - De outros emissores							
3M FLOAT 05/20		400 000,00	99,45%	100,0%	400 000,00	99,5%	397 903,24
ANHEUSER-BUSCH FLOAT 10/18		250 000,00	99,34%	100,0%	250 000,00	99,4%	248 472,10
BHP BILLITON FINANCE FLOAT 04/20		100 000,00	97,69%	100,0%	100 000,00	97,7%	97 745,31
BMW US CAPITAL FLOAT 04/18		500 000,00	99,32%	100,0%	500 000,00	99,4%	496 756,00
BPE FINANCIACIONES SA 2% 02/30/20		100 000,00	99,39%	99,5%	99 479,00	101,3%	101 283,41
CAP GEMINI FLOAT 07/18		500 000,00	100,67%	101,0%	505 050,00	100,9%	504 393,75
CARREFOUR BANQUE FLOAT 04/16		300 000,00	100,19%	100,4%	301 290,00	100,4%	301 059,88
EASTER CREATION II INV 1% 03/19/18		250 000,00	98,79%	99,8%	249 420,00	99,6%	248 942,88
EDENRED 1.375% 03/25		200 000,00	87,18%	98,9%	197 878,00	88,3%	176 578,04
ENAGAS FIN 1% 03/25/23		500 000,00	97,00%	99,7%	498 360,00	97,6%	488 828,80
ENAGAS FINANCIACIONES 1.25% 02/25		200 000,00	96,50%	99,1%	198 160,00	97,6%	195 250,58
FLOWSERVE CORPORATION 1.25% 03/17/22		500 000,00	93,69%	99,3%	496 680,00	94,7%	473 385,11
GENERAL ELECTRIC FLOAT 05/28/20		300 000,00	99,17%	100,0%	300 000,00	99,2%	297 577,43
GOLDMAN SACHS FLOAT 20		300 000,00	99,46%	100,0%	300 000,00	99,5%	298 569,87
LLOYDS BANK PLC 0.625%		500 000,00	99,59%	99,9%	499 705,00	100,0%	500 102,25
MOODY'S CORP 1.75% 03/27-26		500 000,00	95,78%	100,0%	499 945,00	97,2%	486 000,41
NN GROUP 1% 03/18/22		400 000,00	97,51%	99,8%	399 032,00	98,3%	393 191,54
RABOBANK FLOAT 20		400 000,00	99,33%	100,0%	400 000,00	99,4%	397 410,93
RED ELECTRICA FIN 1.125% 04/25		100 000,00	95,87%	99,5%	99 521,00	96,6%	96 641,52
SANTANDER CONSUMER BANK 0.625% 04/18		500 000,00	99,94%	99,9%	499 470,00	100,4%	501 843,72
SAP SE 1% 04/01/25		300 000,00	97,12%	99,3%	297 792,00	97,9%	293 590,90
SINOPEC GRP OVERSEA 2015 0.5% 04/18		500 000,00	99,40%	99,7%	498 580,00	99,7%	498 672,16
SOCIETE DES AUTOROUTES FLOAT 01/16		500 000,00	100,03%	100,3%	501 300,00	100,2%	501 019,64
UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25		100 000,00	94,00%	99,7%	99 672,00	94,7%	94 713,38
WELLS FARGO FLOAT 06/20		400 000,00	99,38%	100,0%	400 000,00	99,4%	397 652,70
WENDEL 2.75% 10/24		100 000,00	100,95%	99,5%	99 466,00	101,6%	101 622,23
Subtotal	0	8 700 000,00			8 690 800,00		8 589 207,78
Total	0	10 800 000,00			10 785 884,00		10 694 936,94
3 - TOTAL GERAL	0	12 800 000,00			12 847 684,00		12 766 063,02

LOGO[®]

08

DIVULGAÇÃO
DAS POLÍTICAS
DE REMUNERAÇÃO

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

LOGO®

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2015;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, da ASF.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia

1. Introdução

De acordo com o definido na Lei nº. 28/2009, de 19 de Junho, as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, nas quais a Seguros LOGO, S.A. (“LOGO”) se insere, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelas disposições regulamentares constantes da Norma Regulamentar nº 5/2010-R e da Circular nº 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.

É pois, com base neste enquadramento legal e regulamentar, que se procede à elaboração da presente política de remunerações dos membros dos órgãos sociais da Seguros LOGO, S.A. para o ano de 2016, na qual claramente se encontram consagrados os princípios considerados fundamentais a este nível, como sejam:

- i) A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da sociedade;
- i) O alinhamento das práticas remuneratórias com a proteção dos interesses do acionista, clientes e colaboradores da sociedade;
- ii) O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

A política de remuneração dos órgãos sociais da LOGO é, nos termos previstos no Artigo 25º do Contrato de Sociedade, aprovada em sede de Assembleia Geral.

Na definição da referida política de remuneração não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

As remunerações de cada membro do Conselho de Administração serão definidas diretamente pelo acionista em sede de Assembleia Geral, podendo, nos termos previstos no artigo 25º do Contrato de Sociedade, ser diversas entre eles.

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas que auferem remuneração receberão uma remuneração fixa paga catorze vezes ao ano, à qual poderá acrescer uma remuneração variável, nos termos que vierem a ser definidos pelo acionista em Assembleia Geral.

A parte fixa terá os limites que forem fixados em sede de Assembleia Geral sendo que, por regra, não deverá ser inferior a 60% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, quando existente, representará em média cerca de 40% da remuneração, oscilando contudo o seu valor exato, em cada ano, em função da avaliação do desempenho individual e global dos membros do Conselho Administração com funções executivas, bem como do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Sociedade, designadamente, do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, tendo sempre em consideração no processo de avaliação, a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

A remuneração variável, quando existente, é referente ao desempenho de curto prazo e depende de decisão a tomar pela acionista única em Assembleia Geral de acordo com a avaliação e com base nos critérios acima referidos.

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário, em mês posterior à aprovação das contas do exercício do ano a que diz respeito.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral definir, que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da LOGO ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos que vierem oportunamente a ser definidos.

Para além da remuneração fixa e variável, poderão ainda, por decisão tomada em Assembleia Geral, ser considerados, em relação aos membros do Conselho de Administração com funções executivas, os benefícios na atividade seguradora para os demais colaboradores.

4. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 27º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

Em 2016, os respetivos membros não serão remunerados pelo exercício das suas funções.

5. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

6. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 16º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Em 2016, os respetivos membros não serão remunerados pelo exercício das suas funções.

Quadro de Remunerações Pagas aos Membros dos Órgãos Sociais da LOGO durante o ano de 2015

(milhares de euros)

	LOGO		
	Fixo	Variável ⁽²⁾	Total
Conselho de Administração			142,4
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Presidente)	-	-	0,0
Filipe Antero Rogenes Barreto Infante (Vogal)	-	-	0,0
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)	-	-	0,0
João Carlos Dores Candeias Barata (Vogal)	-	-	0,0
José Pedro de Barros Inácio (Vogal)	102,5	39,9	142,4
Pedro Luís Francisco de Carvalho (Vogal)	-	-	0,0
António Miguel Natário Rio-Tinto ⁽¹⁾	-	-	0,0
José Manuel Mendes Esteves Serra Vera ⁽¹⁾	-	-	0,0
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno ⁽¹⁾	-	-	0,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente ⁽¹⁾	-	-	0,0
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha ⁽¹⁾	-	-	0,0
Conselho Fiscal			5,1
Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)	-	-	0,0
Manuel Maria de Paula Reis Boto (Vogal Efetivo)	-	-	0,0
Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal Efetivo)	-	-	0,0
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)	-	-	0,0
Pedro Miguel Vicente Roseta Fino ⁽¹⁾	2,1	-	2,1
João Faria Rodrigues ⁽¹⁾	1,5	-	1,5
Maria Madalena Mantas Moura ⁽¹⁾	1,5	-	1,5
Total Remunerações	107,6	39,9	147,5

(1) Os membros dos Órgãos Sociais acima indicados deixaram entretanto de exercer os respetivos cargos.
(2) Remuneração variável relativa ao exercício de 2014.

Política de Remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave”

1. Âmbito de Aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, da ASF, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de

chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno, mas também;

- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da LOGO, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Presidente)
Filipe Antero Rogenes Barreto Infante (Vogal)
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)
João Carlos Dores Candeias Barata (Vogal)
José Pedro de Barros Inácio (Vogal)
Pedro Luís Francisco de Carvalho (Vogal)

d) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração

a) Composição da remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, dos quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais praticadas no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível individual como a nível coletiva.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por outras prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os colaboradores da Companhia.

b) Limites e equilíbrios da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará em média, na Companhia, entre 80% e 85% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, caso haja lugar à atribuição da mesma, não deverá exceder, em média, 20% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual não deverá exceder os 40% do valor total da remuneração anual.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

c) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento

Em caso de atribuição, o montante da Remuneração Variável Anual (RVA) terá os limites definidos pelo Conselho de Administração.

A RVA é referente ao desempenho de Curto Prazo, sendo o seu valor exato, em cada ano, definido em função dos critérios definidos na alínea a).

No que a avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração diz respeito, a mesma tem por base o modelo de Avaliação de Desempenho em vigor no Grupo Tranquilidade nas suas diversas vertentes, nomeadamente:

- Avaliação de Objetivos;
- Avaliação das Competências Corporativas;
- Avaliação das Competências Funcionais.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da LOGO ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

4. Outros Benefícios Atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem ainda os seguintes benefícios, conforme definido no IRCT aplicável ao setor segurador ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- a) Seguro de Saúde;
- b) Seguro de Vida;
- c) Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

5. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.

Salvo decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da LOGO, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (Nº 1 DO ARTIGO 4º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular nº 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1	Cumpre	
I.2	Cumpre	
I.3	Cumpre	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)		
II.1	Cumpre	
II.2	Cumpre	
II.3	Cumpre	
II.4	Cumpre	
II.5	Cumpre	
III. Comissão de Remuneração (CR)		
III.1	Não Aplicável	
III.2	Não Aplicável	
III.3	Não Aplicável	
III.4	Não Aplicável	
III.5	Não Aplicável	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas		
IV.1	Cumpre	Caso haja lugar à sua atribuição, são tidos em consideração critérios de avaliação que assentam nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.
IV.2	Cumpre	
IV.3	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)			
IV.4	Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
IV.5	A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6	Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumpre	
IV.7	Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	
IV.8	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9	Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não Aplicável	
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos			
IV.10	A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11	Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumpre	Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1	Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
V.2	Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3	A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumpre	
V.4	Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumpre Parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5	A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição	Cumpre	
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável			
V.6	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não Cumpre	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2016.
V.7	A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave		
V.8 Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumpre	
V.9 Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Cumpre Parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma.
VI. Avaliação da Política de Remuneração		
VI.1 A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumpre	
VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumpre	
VI.3 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumpre	
VII. Grupos Financeiros		
VII.1 A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão da ASF com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.	Não Aplicável	Não aplicável no caso específico da Seguros LOGO, S.A. Estas recomendações são avaliadas relativamente ao acionista Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..
VII.2 A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.		
VII.3 As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.		
VII.4 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.		

LOGO®

09

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

LOGO®

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de euros - meuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Seguros LOGO, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 23.497 meuros e capitais próprios de 4.917 meuros, incluindo um resultado líquido negativo de 544 meuros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Seguros LOGO, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador (Nota 3).

Ênfases

5. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora em 31 de dezembro de 2015 o capital próprio da Companhia seja inferior a metade do capital social realizado. Esta situação determina a aplicação do disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme descrito no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração irá convocar uma Assembleia Geral da Companhia para que o acionista possa deliberar sobre as medidas que sejam consideradas convenientes, conforme previsto na referida legislação. Face ao exposto, a continuidade das operações da Companhia, a realização dos seus ativos e a liquidação e classificação dos seus passivos dependem do sucesso da implementação das medidas a deliberar pela Assembleia Geral e do sucesso das suas operações futuras, bem como da concretização pelo seu acionista de suporte financeiro adequado.
6. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são apresentadas de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas, datada de 1 de abril de 2015, não continha reservas e incluía duas ênfases. Uma das ênfases era relativa ao assunto referido no parágrafo 5 acima, e a outra ao facto de as demonstrações financeiras do exercício de 2013 terem sido auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de abril de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas da Seguros Logo, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **Seguros Logo, SA**, (“Logo”) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2015, este Conselho Fiscal acompanhou a actividade da **Logo**, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, conforme as atas exaradas ao livro respectivo, bem como a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Tendo presente as nossas obrigações legais e estatutárias, tivemos reuniões periódicas quer com o Conselho de Administração quer com os diversos serviços da **Logo**, nomeadamente das áreas contabilística e financeira, Auditoria Interna, Gestão de Risco Global e Controlo Interno (englobando o “Compliance”), de quem obtivemos todas as informações e os esclarecimentos solicitados. Adicionalmente e no cumprimento do nº 1 do artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, tivemos reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC que, no exercício das suas funções, examinou as presentes demonstrações financeiras de 2015, emitindo a correspondente Certificação Legal das Contas em 8 de Abril de 2016, sem reservas mas com 2 (duas) ênfases, com a qual concordamos e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respetivo anexo. Nesta análise, observámos a adequação das políticas contabilísticas adotadas e dos critérios valorimétricos em vigor. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

O corrente exercício apresenta um resultado líquido negativo de cerca de 544,3 mil euros. Da análise que efectuámos às demonstrações financeiras, merece particular relevância o seguinte:

- A **Logo** tem o capital próprio de 4.917 mil euros que é significativamente inferior a metade do seu Capital Social, pelo que se encontra em situação de incidência do artº 35º bem como do artº 171º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, situação que é igualmente relatada pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, devendo os acionistas na próxima Assembleia Geral deliberar sobre a sua regularização;
- No entanto, a margem de solvência a 31 de dezembro de 2015 situa-se em 107,9% (131,4% em 2014). Assim, a **Logo** apresenta uma margem de solvência que cumpre os requisitos exigidos pela regulamentação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) para o exercício da sua actividade;

Face à relevância do tema, julgamos importante referir que durante o ano de 2015, a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II) foi transposta para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, onde se encontra definida a data de entrada em vigor do novo regime Solvência II, a partir de 1 de janeiro de 2016. Assim, decurso do ano de 2015 e conforme detalhadamente descrito no Relatório de Gestão, a **Logo** (no âmbito integrado do Grupo Tranquilidade) ajustou o seu programa de ação, de forma a permitir o cumprimento do novo regime.

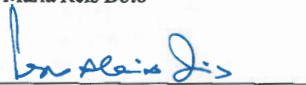
Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração os assuntos referidos nos parágrafos 5 e 6 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão supra referidos, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas na Assembleia Geral da **Seguros Logo, SA**.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da **Logo** o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de Abril de 2016



Luis Palha da Silva

Manuel Maria Reis Boto

Pedro Aleixo Dias

LOGO[®]

